



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 2025

(Do Sr. Cabo Gilberto Silva)

Requerimento de Informação à Ministra da Cultura, Sra. Margareth Menezes, sobre as razões da ineficiência do Ministério da Cultura na restauração e preservação do patrimônio histórico, especialmente no que tange ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **requerimento de informação à Ministra da Cultura**, Sra. Margareth Menezes, sobre as razões da ineficiência do Ministério da Cultura na restauração e preservação do patrimônio histórico, especialmente no que tange ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O pedido se justifica pelo recente desabamento do teto da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, no Centro Histórico de Salvador, que resultou na morte de um turista e ferimentos em outras cinco pessoas.

No sentido de fornecer resposta às seguintes perguntas:

- 1 - O Ministério da Cultura e o Iphan tinham conhecimento da situação de risco na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco? Se sim, que providências foram tomadas?
- 2 - Quais são os critérios utilizados pelo Iphan para avaliar e priorizar a restauração de patrimônios históricos?
- 3 - Qual é o orçamento destinado pelo Ministério da Cultura à preservação do patrimônio histórico nos últimos cinco anos?
- 4 - Qual a razão da morosidade na execução de projetos de restauração e manutenção de patrimônio histórico pelo Iphan?
- 5 - Existem vistorias regulares nos patrimônios tombados pelo Iphan? Se sim, quais são os procedimentos adotados?
- 6 - Houve cortes de recursos para a área de preservação do patrimônio histórico nos últimos anos? Se sim, quais foram os impactos?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

Apresentação: 18/02/2025 16:03:41.897 - Mesa

RIC n.452/2025

- 7 - O Iphan possui equipe técnica suficiente para fiscalizar e garantir a segurança dos patrimônios históricos?
- 8 - Existem parcerias público-privadas em andamento para financiamento da preservação do patrimônio histórico?
- 9 - Quais medidas estão sendo adotadas pelo Ministério da Cultura para evitar que tragédias semelhantes ocorram no futuro?
- 10 - Quem são os responsáveis, no âmbito do Ministério da Cultura e do Iphan, pelo acompanhamento da situação dos imóveis históricos em Salvador?

JUSTIFICAÇÃO

O colapso do teto da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, uma das mais importantes edificações históricas de Salvador, é um evento que expõe a grave negligência na gestão da preservação do patrimônio histórico no Brasil. Apesar de o Iphan alegar que tinha conhecimento de problemas estruturais, mas não de uma situação emergencial, é inaceitável que um órgão responsável pela conservação de bens tombados não atue preventivamente.

A preservação do patrimônio histórico é uma responsabilidade do Estado, uma vez que representa a identidade e a memória cultural do povo brasileiro. A falta de manutenção adequada pode resultar não apenas na perda irreparável de patrimônios valiosos, mas também na colocação de vidas humanas em risco, como ocorreu nesse trágico episódio.

A alocação de recursos para a conservação do patrimônio histórico deve ser priorizada, e é imprescindível compreender se os valores repassados ao Ministério da Cultura estão sendo utilizados de forma eficaz. O sucateamento do Iphan e a falta de investimentos nessa área são problemas recorrentes que precisam ser enfrentados com seriedade.

Diante da tragédia ocorrida em Salvador, é necessário esclarecer quais foram as falhas na gestão da preservação do patrimônio histórico e quem são os responsáveis por essa situação. A transparência na gestão pública é fundamental para que se evitem novos desastres e para garantir a segurança dos cidadãos e a integridade dos bens históricos nacionais.

Sala de Sessões, em de de 2025

Cabo Gilberto Silva

Deputado Federal

PL/PB

